

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?**

Ana Amélia Camarano

Da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Ipea

Na introdução deste livro, apresentou-se a sua pergunta principal: “transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?”. A colocação dessa questão se deve ao debate posto na literatura sobre a “crise dos jovens” e o adiamento/prolongamento do processo de transição para a vida adulta. Considera-se que esse debate encara a juventude e os seus processos como se fossem desvinculados das demais fases da vida e das transformações pelas quais estas também passam. Como apontado no capítulo 2, transformações em todo o ciclo da vida estão em curso na sociedade brasileira. Transformações estas que atingiram homens e mulheres, os vários grupos étnicos e populações das regiões do país, de formas e ritmos diferenciados. Portanto, assumiu-se que pensar a transição para a vida adulta requer pensar a vida adulta, ou melhor, todo o ciclo da vida. Assumiu-se, também, que incertezas e riscos não são características apenas da juventude, mas fazem parte de toda a vida.

A partir de uma análise que buscou conhecer algumas das trajetórias dos jovens brasileiros, colocam-se diversas questões, tais como: os “problemas” que enfrentam os jovens de hoje no seu processo de transição são inerentes ao processo de transição para a vida adulta? As mudanças experimentadas pela sociedade brasileira foram generalizadas para toda a população ou afetaram de forma diferenciada os jovens? Se sim, de que forma? O que diferencia o jovem no enfrentamento dessas mudanças em relação aos demais segmentos? Por fim, como essas transformações repercutiram nos *timings* da transição: esta se alongou ou se encurtou?

A análise proposta para este livro se inicia, no capítulo 2, apresentando os movimentos em direção aos principais eventos sociais do ciclo da vida. Entre o nascimento e a morte, frequenta-se a escola, trabalha-se, casa-se, constitui-se o próprio domicílio, têm-se filhos, aposenta-se, envelhece-se e morre-se. Esse é o conjunto de eventos que se espera que os indivíduos experimentem e, de maneira geral, nessa seqüência.

Acredita-se que a mudança mais importante observada no período analisado, de 1980 a 2000, foi o prolongamento da duração da vida, aqui medida pela esperança de vida ao nascer. Este foi acompanhado pela redução da fecundidade. Dito de outra forma, a grande transformação é: nasce menos gente e mais gente vive mais. A redução da mortalidade infantil foi um dos principais determinantes desse prolongamento. Por exemplo, em 1980, de mil crianças nascidas vivas, 898 completavam 15 anos, ou seja, se tornavam jovens. Em 2000, esse número aumentou para 968. Isso, reforçado pela dinâmica da natalidade dos anos 1970, levou a que 47 milhões de brasileiros fossem considerados jovens em 2000.

O aumento da esperança de vida beneficiou homens e mulheres, as populações de todas as regiões do país e todos os grupos étnicos, mas diferentemente. O tradicional diferencial na esperança de vida ao nascer por sexos aumentou. Em 2000, os homens brasileiros viviam aproximadamente nove anos a menos que as mulheres. O aumento neste diferencial é, em grande parte, explicado pelo aumento da mortalidade por causas externas (não naturais), que atinge mais os jovens do sexo masculino, o que foi objeto de estudo do capítulo 10. Entre as causas externas para os óbitos de jovens brasileiros, os homicídios sobressaíram como a principal. Essa mortalidade não só restringiu os ganhos na esperança de vida masculina, mas levou a que 4,5% dos jovens de 15 anos não completassem 30, impedindo-os de viver a totalidade da seqüência de eventos descrita acima, ou melhor, de alcançar a vida adulta. Parafraseando Monteiro Lobato, “viraram hipótese”.<sup>1</sup>

O aumento da mortalidade dos jovens brasileiros do sexo masculino é uma tendência contrária à da queda generalizada da mortalidade da população brasileira. Não impediu o crescimento da esperança de vida ao nascer, mas fez com que o incremento fosse menor. É um processo que atinge, principalmente, a população jovem, que é comumente vista como a principal agente e vítima da violência urbana. No entanto, o capítulo 10 aponta para um aumento de mortalidade por esse mesmo grupo de causas para a população menor de 1 ano e para a com idade compreendida entre 30 e 44 anos. Em síntese, particularidades da juventude estão extrapolando esse grupo etário.

Dado que se vive mais, cabe perguntar: como se vive cada fase da vida ou como esse novo tempo é despendido? As principais fases – infância, vida adulta e velhice – continuam marcadas pelos mesmos eventos e a sua seqüência permaneceu praticamente inalterada, tal como explicitada pela personagem Emília, citada na epígrafe deste livro, extraída de obra publicada por Monteiro Lobato em 1936. No caso dos homens, essas fases são claramente delimitadas pelos eventos ligados

1. Ver epígrafe do livro.

ao mercado de trabalho. A vida adulta das mulheres continua sendo definida, principalmente, pelo casamento e pela maternidade, muito embora a sua participação no mercado de trabalho tenha apresentado um grande crescimento e, entre outros fatores, afetado a sua inserção social. Foram observadas mudanças na duração e no *quantum* da participação nesses eventos, provocadas por variações na idade à entrada e/ou à saída.

Tem sido bastante discutido na literatura<sup>2</sup> o aparecimento de uma nova fase na vida, a quarta idade, resultante do aumento da esperança de vida nas idades mais avançadas e da melhoria nas condições de saúde. Na verdade, o que seria novo é uma fase, caracterizada por pessoas que já deixaram o mercado de trabalho, via aposentadoria, e ainda experimentam boas condições de saúde física, mental e cognitiva, que passa a ser a terceira idade. Esta se constitui num prolongamento da vida adulta quando se inicia de forma mais suave e tênue a transição para a última fase, a quarta idade. Inicia-se essa transição com a saída do mercado de trabalho, assim como a transição para a vida adulta começa com a entrada nele.

A freqüência à escola é o papel social mais importante da infância. O que apareceu de novo foi o aumento de crianças freqüentando-a, a antecipação da idade à sua entrada e o adiamento da idade de saída, evento este considerado como o primeiro em direção à vida adulta. Isso resultou no aumento do tempo passado na escola e na consideração de que a juventude estaria se prolongando. É um ponto levantado no capítulo 5 por Madeira, que considera que, à medida que uma sociedade demanda mais qualificação, o espaço de juventude se alonga, pois isso significa um período maior de preparação para a inserção produtiva.

É sabido que o processo de reestruturação econômica e a adoção de novas tecnologias resultam numa dependência cada vez menor de mão-de-obra, mas, ao mesmo tempo, requerem uma qualificação maior da que é absorvida, o que possivelmente explica a continuidade da escolarização após o ingresso no mercado de trabalho. O que se pergunta, portanto, é em que medida a saída mais tarde da escola afetou os demais eventos e, conseqüentemente, o processo de transição. Em 1980, para os jovens do sexo masculino, podia se falar de uma sintonia entre saída de escola e entrada no mercado de trabalho. Assim, a saída mais tardia da escola levaria a se pensar num ingresso mais tardio nas atividades econômicas. O que passou a ocorrer, no entanto, foi que a entrada nessas atividades (para aqueles que entraram) precedeu a saída da escola, o que está associado ao aumento da escolaridade e resultou, entre outros fatores, no crescimento da participação simultânea

2. Ver, por exemplo, Laslett (1996).

na escola e no trabalho. Essa simultaneidade de participação atingiu, inclusive, a população mais velha e extrapolou para outros eventos, como trabalho e aposentadoria.

Também há que se considerar que uma parcela não desprezível, embora decrescente, de jovens que participavam do mercado de trabalho nunca freqüentou a escola. Foram aproximadamente 800 mil em 2000. Para eles, a transição começou pela entrada nas atividades econômicas, ou seja, pularam uma etapa do modelo de transição que aqui se está chamando de tradicional. O capítulo 6 mostra que foi somente no final do século XIX, na França, que a idéia de uma transição entre a condição de estudante para a de trabalhador ganhou sentido social. Isso ocorreu através da obrigatoriedade da escolarização. No Brasil, a obrigatoriedade do antigo ensino primário só foi estabelecida constitucionalmente em 1934 e a sua universalização só foi atingida nos anos 1990. Isso mostra que o que se está chamando aqui de modelo tradicional de transição não é tão tradicional assim. Mais do que isso, sugere que o próprio processo de transição está em transição.

Acredita-se que aceitar a idéia do prolongamento da juventude significa assumir uma seqüência linear dos eventos, em que qualquer alteração possa implicar mudanças no calendário, o que não parece ser verdade. Foi visto em vários capítulos deste livro que o aumento da freqüência à escola estava ocorrendo simultaneamente ao ingresso no mercado de trabalho sem que isso implicasse mudanças no calendário da transição como um todo. Ou seja, com base nesses resultados, mais do que num prolongamento da juventude, pode-se pensar em novas modalidades de transição para a vida adulta provocadas por uma menor sincronia na seqüência de eventos, uma simultaneidade de participação nos vários eventos, bem como uma delimitação mais tênue entre as várias fases da vida.

Se relativamente poucos jovens nunca freqüentaram a escola, um número bem maior saiu dela e não entrou no mercado de trabalho.<sup>3</sup> Ou seja, para alguns jovens, a saída da escola não foi acompanhada nem precedida por uma inserção nas atividades econômicas, o que significa que não trabalhavam nem procuravam trabalho. O capítulo 9 mostra que, nessa categoria, encontravam-se em 2000 aproximadamente 8 milhões de brasileiros de 15 a 29 anos. Grande parte desse segmento, 78%, era constituída por mulheres, cuja maioria estava casada e/ou já tinha tido filhos, ou seja, ingressou na vida adulta pelo caminho da constituição de família. Se se aceitar que a transição da população masculina ocorre apenas via inserção nas atividades econômicas, pois só assim os jovens desse gênero podem auferir um rendimento que os torne independentes de suas famílias de origem,

3. Na verdade, não se sabe se esses jovens nunca entraram ou se entraram e saíram.

permitindo-lhes garantir a sua sobrevivência e constituir suas próprias famílias, pergunta-se como ficam os aproximadamente 2 milhões de homens que não estudavam e não trabalhavam? Estão aguardando melhores oportunidades para o ingresso no mercado de trabalho? As formas de transição estão se alterando? É possível pensar num novo contrato familiar onde o homem deixa de desempenhar o papel de provedor?

O que se observou no capítulo 9 é que 11% dos jovens do sexo masculino nessa condição chefiavam família, proporção crescente no período considerado, e 13% moravam na casa de sogros. Ou seja, de alguma forma já tinham constituído família, o que não aconteceu para 72% deles, que continuavam morando na casa dos pais. Essas proporções são bastante afetadas pela idade, dado o intervalo de 15 a 29 anos ser bastante amplo.

Assume-se que a maior inserção feminina nas atividades econômicas lhes abre novas alternativas de transição. Isso se deve mais a mudanças na inserção social das mulheres como um todo do que a condições específicas da juventude. A participação feminina no mercado de trabalho aumentou consideravelmente e a masculina se reduziu. Foi visto no capítulo 4 que o percentual de mulheres que fizeram a transição via mercado de trabalho quase dobrou. No entanto, cresceu também a proporção de jovens do sexo feminino que fizeram a transição via constituição de família, apesar de continuarem morando na casa dos pais. Estas podem ser mulheres que ainda sairão da casa dos pais após o casamento e a maternidade – processo que se tornou mais freqüente nos 20 anos considerados – ou que retornaram a ela após uma dissolução da união. Isso leva a se perguntar se essa é, também, uma nova modalidade de transição ou uma “dessincronia” no seu processo, o que parece mais provável.

Acredita-se que essa nova modalidade de transição foi provocada pela antecipação da maternidade, que atingiu as mulheres mais jovens e, segundo as autoras do capítulo 8, está resultando em uma transição condensada para a vida adulta. Este, também, não é um fenômeno isolado da juventude atual. Deve ser contextualizado no rol de transformações que afetam não só as mulheres brasileiras: dissociação entre sexualidade e casamento e entre maternidade e casamento. Na verdade, essas mudanças, em conjunto com as separações conjugais, os recasamentos, os não casamentos e os filhos fora do casamento, fazem parte de mudanças nos arranjos familiares em curso em quase todo o mundo, tendo sido consideradas por muitos demógrafos como a “segunda transição demográfica”.<sup>4</sup>

4. Ver, por exemplo, Lesthaegue (1995) e Leridon e Villeneuve-Gokalp (1994).

Muitas das transformações experimentadas pela sociedade atual e, em especial, pelas mulheres foram iniciadas por outras juventudes, como a dos anos 1960. Nessa época, as mulheres passaram a freqüentar mais a escola, fizeram a revolução sexual, encurtaram as saias, experimentaram a pílula anticoncepcional, entraram maciçamente no mercado de trabalho, casaram-se e, na vida adulta, descasaram-se, recasaram-se, tiveram filhos fora do casamento e reduziram o número de filhos. Hoje, essas mulheres estão mudando o conceito de velhice, beneficiando-se dos avanços na medicina em geral e, em especial, na cosmetológica. Como salientado por Debert (1999), estão querendo prolongar a juventude, transformá-la de uma fase da vida em uma meta a ser alcançada. Elas experimentam, também, revoluções feitas por outras juventudes, como a nas redes de comunicação. Tornaram-se as avós internautas para poderem acompanhar os seus filhos, os jovens de hoje. Recebem esses jovens e seus filhos em casa, dando suporte na sua “crise”. Da mesma forma que os jovens de hoje adotam esse “novo” padrão de comportamento, os novos padrões que eles estão desenhando atualmente poderão vir a afetar a sociedade como um todo.

Já as mudanças no processo de transição dos homens foram menores que as das mulheres. O seu processo foi, em grande parte, afetado por transformações no mundo do trabalho, indicadas, entre outros fatores, pela redução da participação masculina nas atividades econômicas em todas as idades. Por exemplo, enquanto 8% dos jovens não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho, o mesmo foi verificado para 10% dos homens de 35 a 49 anos.<sup>5</sup> Essa idade é considerada o ápice da vida produtiva, o que sugere que as mudanças mencionadas tiveram um caráter mais geral, não sendo exclusivas para os jovens. Além disso, foi mostrado no capítulo 2 que os homens reduziram o seu tempo passado na atividade econômica, enquanto as mulheres o aumentaram.

Além da decrescente participação nas atividades econômicas, a inserção dos jovens tem ocorrido de forma cada vez mais precária. Essa precariedade é traduzida, entre outros fatores, pela informalidade e pelo crescimento das taxas de desemprego. Ambos atingiram toda a população economicamente ativa (PEA). Foi apontado no capítulo 6 que, em geral, o ingresso dos jovens nas atividades econômicas segue uma trajetória que se inicia com vínculos ocupacionais mais frágeis e transitórios até o estabelecimento de um vínculo mais duradouro. Mais do que a dificuldade para encontrar emprego, a intermitência na busca de trabalho explica as altas taxas de desemprego dos jovens, embora seja comumente atribuída a essas altas taxas a “crise” dos jovens. Apesar de ser entre os jovens que se encontra a

5. Também não eram aposentados.

maior proporção de desempregados, essa proporção foi ligeiramente menor em 2002, 55,8%, do que em 1992, 58,0%. Ou seja, em primeiro lugar, essa parece mais ser uma característica estrutural da juventude do que um indicador de “crise”. Além disso, ao que tudo indica, a população trabalhadora madura foi atingida de forma relativamente mais intensa.

A trajetória de inserção do jovem nas atividades econômicas funcionaria como uma espécie de ensaio e erro rumo ao amadurecimento do trabalhador. Em geral, os indivíduos nessa situação ainda se encontram na casa dos pais, não tendo assumido os compromissos de provedores de uma nova família. Foi visto no capítulo 4 que os jovens de escolaridade mais alta experimentam taxas mais elevadas de desemprego que os de escolaridade mais baixa, provavelmente por serem mais exigentes com a qualidade do emprego a ser assumido e poderem contar mais facilmente com o apoio familiar. Madeira, no capítulo 5, mostra que o trabalho daqueles com escolaridade abaixo do ensino fundamental é menos estável, mesmo entre os indivíduos na fase adulta.

Levanta-se então a questão de se a “incerteza”, que é uma característica das trajetórias profissionais dos jovens, hoje atinge os trabalhadores “maduros”. Guimarães, no capítulo 6, apresenta uma discussão sobre essa questão fortemente apoiada na literatura. Aponta que a inserção no mercado de trabalho não segue mais um rumo predeterminado e estável, do tipo trabalho em tempo integral, contratos de longa duração, direitos sociais, entre outras características. As mudanças no mundo do trabalho trouxeram para toda a PEA intensas transições entre situações ocupacionais diferenciadas, não mais previsíveis a partir de mecanismos de regulação institucionalizados. As incertezas e os riscos das trajetórias profissionais passaram a ser individualizados e deixaram de ser ultrapassados com a maturidade profissional. A autora, com base na análise do mercado de trabalho paulistano, conclui que a característica predominante desse mercado é a instabilidade. No entanto, esta parece afetar mais os jovens.

À guisa de síntese, pode-se falar que tanto a inserção familiar quanto a laboral, marcas da vida adulta, têm evoluído no sentido de maiores individualização e fragilidade. O casamento era uma instituição que marcava o início do processo de constituição de família, e a sua dissolução ocorria com a morte. Passou a ser uma instituição mais frágil, de duração menor. Não caracteriza mais o início da vida sexual das mulheres nem o espaço institucional da procriação. A sua dissolução perdeu o caráter involuntário (morte) e passou a depender das decisões dos indivíduos. Essa mudança pode ser entendida como uma busca de autonomia, pela vontade dos atores de se libertar das tutelas sociais, e/ou um processo de busca de

liberdade (TORRADO, 2006). Por outro lado, a individualização que está em curso no mundo do trabalho não apresenta características de ser um movimento da esfera privada, de busca de liberdades. Segundo Castel (1998), as suas características são de uma individualização produzida pelo desamparo social, ausência de direitos sociais, ou seja, resultado de mudanças na esfera pública.

A preocupação aqui é mais com as perspectivas, que se colocam para os jovens de hoje, de uma inserção adequada na esfera social, na vida adulta, do que no prolongamento ou encurtamento do processo de transição para ela. Apesar das mudanças nesse processo, assume-se que ele passa, necessariamente, pela participação no mercado de trabalho. Algumas perguntas se colocam diante dessa discussão: qual o papel da universalização da educação, uma mudança na esfera pública, em curso no Brasil desde os anos 1990? O aumento da escolaridade *per se* vai ser capaz de garantir uma inserção adequada para os atuais jovens? A forma como o mercado de trabalho vem se reestruturando põe em risco tal movimento de autonomização de *status*, central no ciclo de vida? As novas famílias ou as famílias que os jovens estão constituindo hoje vão continuar podendo desempenhar o seu tradicional papel de apoio nos momentos de crises de seus membros?

Não se têm dúvidas de que a educação é uma condição necessária para o alcance da inserção mencionada. Por outro lado, não é suficiente como foi no passado. Outras variáveis, como a cultura local, entraves institucionais, atitudes preconceituosas com relação a etnia e gênero e, evidentemente, características do mercado de trabalho, interferem no ritmo desse processo. Madeira, no capítulo 5, cita exemplos tanto de países onde o avanço educacional contribuiu expressivamente para essa inserção e para o desenvolvimento socioeconômico, como também de outros onde esses resultados não foram alcançados a despeito do avanço da educação. Por outro lado, quando se fala, como no caso brasileiro, em aumento nos anos de escolaridade da população jovem, deve-se pensar qual o seu conteúdo e qualidade. Como apontado no capítulo 6, uma boa posição no mercado de trabalho depende não só das características do indivíduo e da estrutura e funcionamento desse mercado, mas, também, da forma como estão organizados os sistemas educacionais. Sistemas que oferecem aos jovens uma formação específica, técnica, com terminalidade devem aportar uma contribuição maior para a inserção profissional do que os sistemas que oferecem uma formação generalista. Este último é o modelo predominante no Brasil e tem levado, muitas vezes, o trabalhador a buscar novos diplomas, mais específicos, ou o empregador a oferecer treinamento no posto de trabalho, o que representa custos adicionais para ele.

Dentro dessa preocupação, Madeira destaca, no capítulo 5, a importância da escola técnica de nível médio, concebida para ser uma preparação rápida e

eficiente para o mercado de trabalho, mas que tem resultado, também, em uma progressão para o ensino superior. Cita, por exemplo, que a escola técnica é vista pelas famílias dos grupos de renda mais baixa como uma oportunidade para o jovem prosseguir nos estudos já trabalhando. No entanto, a oferta desse tipo de ensino no Brasil não é grande. Por outro lado, demandam-se estudos aprofundados sobre sua eficiência como porta de entrada para o mercado de trabalho comparativamente ao ensino médio.

Embora tenha crescido muito, segundo Madeira, ainda é baixa a proporção de jovens que têm acesso ao ensino médio. Segundo a autora, somente o ingresso maciço a tal grau assegura o prolongamento da juventude. Cita os exemplos de China, Coréia, Chile e México, onde a proporção de jovens que concluíram o ensino médio e podem, então, aspirar ao nível universitário cresce rapidamente. Em paralelo, as idades médias ao casamento e ao primeiro filho aumentam, prolongando esse período rico de exploração de possibilidades e escolhas e vivência de experiências variadas que é a juventude.

No caso brasileiro, como visto em vários capítulos, a maternidade se antecipou, não obstante o aumento da escolaridade, resultando, como chamado pelas autoras do capítulo 8, em uma transição condensada para a vida adulta. Nas palavras de Madeira, no capítulo 5, significa a redução do momento importante de exploração e experimentação, tanto no campo da afetividade como no da preparação e qualificação para uma inserção mais produtiva e mais bem remunerada no mercado de trabalho. Essa precocidade se deve, segundo Heilborn e Cabral, à antecipação do início da vida sexual, principalmente por parte das meninas, dentro de uma relação de namoro. O que parece estar em curso é que a sociedade aceita a iniciação da sexualidade antes do casamento, mas não se preocupa com a proteção dos jovens no que diz respeito à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. A sugestão das autoras é a formulação de uma política de informação que conscientize pais e professores sobre as mudanças de normas e valores da iniciação sexual e complemente o provimento de serviços de planejamento familiar destinados a jovens.

Salienta-se que uma política de planejamento familiar deve ter um caráter mais amplo que apenas o de desestimular a natalidade. Além de incluir a prevenção, também, das doenças sexualmente transmissíveis, deve se pautar pela noção do direito reprodutivo. Deve não só informar, mas também oferecer meios para que as jovens possam tanto fazer uma escolha consciente sobre ter ou não ter filhos como realizar as suas escolhas.

Sem dúvida, uma das grandes mudanças observadas no período, muito discutida neste livro, foi o aumento da escolaridade da população de todas as faixas

etárias, inclusive da idosa. Uma das formas em que esse processo ocorreu foi via participação simultânea em vários eventos. Como citado por Madeira, no capítulo 5, homens e mulheres com mais de 60 anos estão freqüentando a universidade em busca de profissões liberais. Essa participação simultânea torna tênue a delimitação das fases da vida. Por exemplo, a aposentadoria, ou seja, a saída do mercado de trabalho, é tradicionalmente o evento que marca a última fase da vida. No entanto, os dados sugerem que, ainda nessa fase, os indivíduos estão buscando novas formas de inserção no mercado de trabalho.

Entretanto, reafirma-se a preocupação, já levantada várias vezes, sobre se essa ampliação do acesso à escola vai ser suficiente para garantir um processo de transição para a vida adulta que assegure uma inserção social adequada. Já foi várias vezes reconhecido que a participação no mercado de trabalho é uma condição importante. Guimarães, no capítulo 6, cita Hasenbalg (2003): “a transição da escola ao trabalho é parte fundamental do processo de autonomização que leva desde a dependência completa dos pais, na primeira infância, à assunção plena dos papéis sociais de adulto”. A preocupação se estende à questão sobre se, em alguma medida, uma inserção no mercado de trabalho mais frágil pode levar à constituição de famílias mais frágeis em termos de vínculos afetivos e vulneráveis em termos econômicos.

As políticas de emprego no Brasil têm se limitado, no geral, a afetar apenas a oferta de trabalho, como nos casos de seguro-desemprego e qualificação profissional, sendo, quase sempre, chamadas de “políticas passivas”. Torna-se necessário, portanto, pensar em “políticas ativas”, ou seja, políticas que afetam a demanda por trabalho. Incentivo a crédito para projetos com maior potencial gerador de emprego é uma das muitas alternativas que podem afetar a demanda, bem como crédito para setores menos favorecidos (ver CARDOSO JR. et al., 2006). Mais do que isso, uma política de geração de emprego de qualidade deve fazer parte das estratégias de um projeto de crescimento econômico.

Se a redução generalizada da participação masculina nas atividades econômicas vier a se confirmar como uma tendência de mais longo prazo, isso colocará novos parâmetros de trajetórias dos homens para a vida adulta, sinalizando uma complexidade maior desse processo. Algumas mudanças já se fizeram notar. Por exemplo, o capítulo 7 aponta para um crescimento na proporção de homens na condição de cônjuge, condição que não se verificava em 1980. Ou seja, o aumento da chefia feminina de família ou domicílio não tem ocorrido apenas para o caso de mulheres sem companheiro. Na verdade, esse é, também, um processo em curso em toda a sociedade brasileira, considerado como parte da segunda transição

demográfica. Para as mulheres, a perspectiva que se apresenta é a de continuação do aumento da sua participação nas atividades econômicas, o que também levanta outras indagações sobre a sua trajetória para a vida adulta.

O que se pode, portanto, esperar para os jovens do futuro? As tendências demográficas apontam para uma desaceleração no ritmo de crescimento do segmento de jovens, acarretando uma redução da participação desse grupo tanto no total da população quanto na PEA. Isso ocorrerá de forma mais acentuada a partir de 2010. Em 2030, espera-se que a população desse grupo etário alcance valores absolutos próximos aos observados em 2000. Ou seja, esse contingente caminha para uma redução.<sup>6</sup>

Para uma corrente de demógrafos e economistas, essa desaceleração pode ser favorável à melhor inserção dos jovens tanto na escola quanto no mercado de trabalho, diminuindo a “pressão demográfica”. No entanto, não se conhece alguma evidência empírica que associe baixas taxas de crescimento populacional a baixas taxas de desemprego. As experiências da Itália e da Espanha são no sentido contrário: baixíssimo crescimento populacional e altíssimas taxas de desemprego. A fecundidade se reduziu muito em quase todos os países em desenvolvimento. No entanto, a pobreza aumentou muito. Não se acredita que exista um tamanho populacional ótimo, porque a população não cai num vácuo social. Uma melhor ou pior inserção dos jovens na vida adulta e social do país vai depender da forma como a sociedade optar por lidar com isso. Em termos de políticas públicas, se se almeja uma inserção mais adequada para a população jovem, isso requer um delineamento das suas prioridades para o bem-estar da população não só de jovens, mas de todas as idades.

Sintetizando, de tudo o que foi visto, reitera-se a importância de entender as transições para as várias fases da vida como processos abertos, sem direcionamentos ou trajetórias rigidamente preestabelecidas, e que estão sempre em movimento. Fala-se de transição para uma vida adulta em transição, ou melhor, fala-se em vidas em transição. Na verdade, transição é movimento e o seu oposto é a morte. Voltando a Emília, personagem de Monteiro Lobato citada na epígrafe deste livro:

[...] A vida, Senhor Visconde, é um pisca-pisca. A gente nasce, isto é, começa a piscar. Quem pára de piscar, chegou ao fim, morreu. Piscar é abrir e fechar os olhos – viver é isso. [...]

6. Esses são resultados de uma projeção populacional realizada para Tafner (2006).

**REFERÊNCIAS**

- CARDOSO JR., J. C.; GONZALEZ, R.; STIVALI, M. AMORIM, B; VAZ, F. *Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006 (Texto para discussão, n. 1.237).
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1999.
- LASLETT, P. *What is old age? Variation over time and between cultures. International studies in demography: health and mortality among the elderly, issues for assessment*. New York: Oxford University Press, 1996.
- LERIDON, H.; VILLENEUVE-GOKALP, C. *Constance et inconstances de la famille*. Paris: INED/PUF, 1994 (Travaux et Documents, n. 134).
- LESTHAEGUE, R. The second demographic transition in western countries. In: MASON, K. O.; JERSON, A.-M. (Eds.). *Gender and family change in industrialized countries*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- TAFNER, P. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação 2006 – mercado de trabalho, emprego e informalidade*. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.
- TORRADO, S. Hogares y Familia en América Latina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 2., 2006, Guadalajara, México. *Anais...* 2006. Trabalho apresentado na seção plenária “Hacia dónde va la población”.